



## II REUNIÃO DE DIRECTORES DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL DA CPLP

### ACTA DA REUNIÃO

Aos 26 dias do mês de Maio de 2009 realizou-se, em Luanda, a II Reunião de Directores de Política de Defesa Nacional da CPLP, nos termos do artigo 9º do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa, aprovado e assinado por ocasião da IX Reunião dos Ministros da Defesa, realizada na cidade da Praia, em 15 e 16 de Setembro de 2006.

Participaram o Director Nacional de Relações Internacionais do Ministério da Defesa Nacional da República de Angola, o Director Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da República de Angola, o Director do Departamento de Política e Estratégia do Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil, o Director-Geral de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da República de Cabo Verde, o Director-Geral de Política de Defesa Nacional da República da Guiné-Bissau, o Vice-Director Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da República de Moçambique, o Director-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa, o Director de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Director Nacional do Planeamento Estratégico e Política Internacional do Ministério da Defesa Nacional da República Democrática de Timor-Leste.

Assistiu à reunião o Dr. Sancho Coutinho, em representação do Secretariado Executivo da CPLP.

Procedeu a abertura da reunião o Almirante André Gaspar Mendes de Carvalho "Miau", Director Nacional de Relações Internacionais do Ministério da Defesa Nacional da República de Angola, que endereçou as boas-vindas a todas as Delegações presentes, passando a palavra ao Dr. Martinho Gonçalves, Director Nacional do Planeamento Estratégico e Política Internacional do Ministério da Defesa Nacional da República Democrática de Timor-Leste, na qualidade de presidente cessante.



O Dr. Martinho Gonçalves agradeceu o apoio que recebeu de todos os países e referiu a necessidade de se continuar o caminho percorrido até aqui na componente de Defesa da CPLP, manifestando o desejo da abertura de uma dimensão económica nesta componente.

Após esta intervenção, a presidência passou para Angola, na pessoa do Almirante André Gaspar Mendes de Carvalho "Miau", Director Nacional de Relações Internacionais, que agradeceu o trabalho anterior efectuado por Timor-Leste, bem como o facto de todas as Delegações estarem presentes nesta reunião.

Na sua intervenção, o Almirante André Gaspar Mendes de Carvalho suscitou a necessidade de se avaliar o trabalho feito até aqui na componente de Defesa da CPLP, que tem êxitos evidentes como sejam as reuniões ministeriais e de CEMGFA, a institucionalização da componente de Defesa da CPLP, a criação do CAE, a realização regular dos Exercícios da série FELINO, no âmbito de preparação de forças para as operações de manutenção de paz e assistência humanitária, mas que deve também ser vista, pelos Cidadãos da Comunidade, como constituindo uma mais-valia para a sua segurança.

Nesse sentido, o Director Nacional de Relações Internacionais de Angola avançou com um conjunto de temas que, sugeriu, fossem objecto de reflexão, a saber:

- Integração da Saúde Militar nos Exercícios FELINO
- Criação de mecanismo que organize e dinamize a cooperação entre os Serviços de Saúde Militar dos países da CPLP;
- Organização dos Jogos Desportivos Militares da CPLP;
- Organização de eventos culturais;
- Força de manutenção de Paz da CPLP;
- Criação de um instrumento (p.ex. Comité de Cooperação e Segurança) que coordene os diversos sectores da CPLP que contribuem para a Segurança, como sejam o político-diplomático, defesa e segurança.



- Avaliação da forma como as presidências têm sido exercidas;
- Definição do momento mais adequado para os Directores de Política de Defesa reunirem (imediatamente antes da reunião ministerial ou com maior antecedência);
- Abordagem dos fenómenos da gripe A e da crise económico-financeira e seus reflexos e consequências na CPLP.

Os Directores presentes registaram e agradeceram a hospitalidade como foram recebidos em Angola e manifestaram empenho e interesse em reflectir sobre os temas propostos pelo Director Nacional de Relações Internacionais de Angola, como forma de construir uma CPLP cada vez mais forte, em especial na área da Defesa.

O Director Nacional de Relações Internacionais de Angola considerou estarem reunidas as condições para dar início aos trabalhos da II reunião.

Colocando à apreciação o Ponto I – Aprovação da Agenda de Trabalhos, a mesma foi objecto das seguintes observações:

A Delegação de Cabo Verde propôs que os temas de reflexão aforados pelo Director Nacional de Relações Internacionais de Angola fossem incluídos no Ponto III – Outros Assuntos, o que foi aceite.

A Delegação da Guiné-Bissau suscitou a questão da ausência do Director do CAE, ausência que poderia prejudicar a aprovação dos instrumentos de gestão do Centro, que estão em apreciação.

Foi entendido que tendo aqueles documentos sido distribuídos na 18ª reunião do SPAD e tendo o Director do CAE estado presente na 11ª reunião de CEMGFA, os mesmos estariam em condições de ser apreciados, a menos que qualquer Delegação suscitasse esclarecimentos adicionais.

Nestes termos, a Agenda de Trabalhos foi aprovada por consenso.



Entrando na apreciação do Ponto II – Preparação da XI Reunião de MDN, e relativamente ao primeiro ponto da Agenda de Trabalhos da reunião dos Ministros da Defesa, a Delegação Portuguesa sugeriu que a abordagem deste ponto fosse aberta, permitindo assim uma maior interação entre os Ministros, tendo destacado o fenómeno actual da pirataria e a importância do mar para todos os países da CPLP.

A Delegação do Brasil alertou para a importância da CPLP, em conjunto com outros países costeiros Africanos e Sul-Americanos, procurar definir posições articuladas no debate internacional em curso sobre o alargamento da plataforma continental e fundos marinhos.

Por consenso, foi entendido que a abordagem deste ponto será feita pelos Ministros de forma substantiva.

Quanto ao ponto dois da Agenda dos MDN, a Declaração Final da 11ª Reunião dos CEMGFA foi aceite por consenso.

Relativamente ao ponto três da Agenda dos MDN, e pese embora a ausência do Director do CAE, foi entendido que a discussão poderia prosseguir, atendendo a que os documentos em análise estavam na posse das delegações há bastante tempo e que aquele Director esteve presente na 11ª Reunião dos CEMGFA.

No que concerne às contribuições para o CAE, a delegação do Brasil informou ter-se atrasado no pagamento, situação que está regularizada. A delegação de Cabo Verde deu nota de que o seu atraso se deve às prioridades estabelecidas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades (MNECC). A delegação da Guiné-Bissau indicou que o seu Ministro da Defesa poderá informar das dificuldades existentes para pagar as contribuições. A delegação de São Tomé e Príncipe referiu estar a ser resolvida a dívida de dois anos, o que admitiu possa ocorrer até Junho do corrente ano. A delegação de Timor-Leste esclareceu que o seu país já regularizou o pagamento da sua contribuição.

Por consenso, foi entendido que o Relatório anual de Actividades e Contas do CAE de 2008 pode ser aprovado pelos Ministros, ressalvando-se os processos de regularização de alguns



pagamentos e a necessidade de os mesmos serem processados atempadamente, para permitir uma gestão mais eficaz do CAE.

Quanto ao ponto 4 da Agenda dos MDN, a delegação de S. Tomé e Príncipe levantou a questão do financiamento da presença do Director do CAE nas reuniões, tendo sido consensualmente aceite que esta deve ser suportada pelo próprio orçamento do CAE.

A delegação de Cabo Verde solicitou esclarecimentos nas alíneas a) e b) do ponto Formação do Plano de Actividades e Orçamento Suporte do CAE para 2010, qual o pessoal, sectores, e que dialogo intelectual são aí referidos.

Por consenso, foi entendido que o Plano de Actividades e Orçamento Suporte do CAE para 2010, pode ser aprovado pelos Ministros, ressalvando-se ser necessário no futuro que o CAE preste informação complementar específica sobre esses aspectos

Quanto ao ponto 5 da Agenda dos MDN, foi entendido, por consenso, que o Memorando de Entendimento para a realização do Exercício Felino 2009 está em condições de ser aprovado e assinado pelos Ministros.

Quanto ao ponto 6 da Agenda dos MDN, foi entendido, por consenso, que a Declaração Ministerial que aprova a presença de Observadores de outros países ou organizações nos Exercício Felino, está em condições de ser aprovada e assinada pelos Ministros.

Quanto ao ponto 7 da Agenda dos MDN, foi entendido, por consenso, que a Declaração, que integra o Modelo de Centros de Excelência de Formação de Formadores, está em condições de ser aprovada e assinada pelos Ministros.

Quanto ao ponto 8 da Agenda dos MDN, a delegação do Brasil confirmou que organizará a XII Reunião de MDN.

Passando ao Ponto III – Outros Assuntos, a discussão centrou-se nos seguintes temas:



- Integração da Saúde Militar nos Exercícios FELINO e a criação de um mecanismo que organize e dinamize a cooperação entre os Serviços de Saúde Militar dos países da CPLP

Não houve nenhuma oposição a estas sugestões, razão pela qual os Directores de Política de Defesa Nacional, levam ao conhecimento dos MDN a necessidade de elevar o nível de cooperação no sector da Saúde Militar através de criação de um mecanismo de articulação dos Serviços de Saúde Militar, a apresentar na próxima reunião ministerial de Defesa, da densificação e da incorporação da componente operacional da Saúde Militar nos Exercícios FELINO.

- Organização dos Jogos Desportivos Militares da CPLP;

Os Directores de Política de Defesa Nacional, atendendo a que se trata de uma iniciativa consagrada no Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa e que contribui para a interacção e conhecimento entre os militares dos diversos países, levam ao conhecimento dos MDN o interesse na realização dos Jogos Desportivos Militares da CPLP.

Na ocasião, a delegação do Brasil informou que vai receber, em 2011, os Jogos Mundiais Militares, manifestando disponibilidade para avaliar a possibilidade de também realizar os jogos da CPLP.

- Avaliação da forma como as presidências têm sido exercidas;

Os Directores de Política de Defesa Nacional consideraram que importa dar mais substância às Presidências nos períodos entre reuniões, razão pela qual acordaram na formalização de um Plano de Acção Anual (sistematizando os compromissos ministeriais) e na necessidade de contactos mais regulares entre as Presidências e o SPAD.



- Necessidade de maior coordenação entre diversos sectores da CPLP que contribuem para a Segurança.

Os Directores de Política de Defesa Nacional entenderam ser necessária maior coordenação em áreas fundamentais da CPLP, designadamente entre as áreas Política-Diplomática, de Defesa, de Segurança Interna e da Inteligência, levando esta preocupação ao conhecimento dos MDN.

- Definição do momento mais adequado para a realização das reuniões dos Directores de Política de Defesa Nacional (imediatamente antes da reunião ministerial ou com maior antecedência);

Analisando a questão, os Directores de Política de Defesa Nacional concordaram em manter as suas reuniões imediatamente antes das reuniões ministeriais, por ser aquela que permite uma preparação actualizada das mesmas, sem prejuízo de realizarem, sempre que a situação o justifique, reuniões complementares.

- Abordagem do fenómeno da gripe A.

Em cumprimento de decisões ministeriais anteriores, a delegação de Angola, através do representante da Direcção dos Serviços de Saúde do EMGFAA, Dr. Miguel Gaspar, fez uma apresentação sobre a Gripe A e as grandes endemias que será apresentada na Reunião de MDN.

- Actualidade dos temas de trabalho apresentados pelo CAE



A delegação de S. Tomé e Príncipe referiu que, mercê da morosidade na tramitação do processo de aprovação dos temas e sua elaboração e aprovação final, muitas vezes, os trabalhos do CAE são apresentados muito tarde, perdendo a actualidade face a dinâmica internacional actual.

Da discussão havida foram identificados constrangimentos que afectam o funcionamento do CAE, como sejam o atraso nas contribuições, desactualização dos Estatutos e pouca actividade dos Núcleos Nacionais, aspectos que uma vez melhorados poderão alterar positivamente esta situação.

- Centros de Excelência de Formação de Formadores

A delegação Portuguesa sugeriu que a implementação dos Centros constituísse a grande prioridade, no imediato, dos trabalhos da componente de Defesa da CPLP, e na qual devemos concentrar esforços e recursos.

- Questões ligadas ao mar

A delegação Portuguesa considerou que as questões ligadas ao mar, numa comunidade de países marítimos, devem passar a constar das principais preocupações da componente de Defesa da CPLP, dando o exemplo da pirataria ou da protecção dos diversos recursos marinhos, referindo ainda o estudo muito alargado que Portugal entregou na ONU sobre a extensão da plataforma continental.

Feita em Luanda, a 26 de Maio de 2009

QNSA.



Director Nacional de Relações Internacionais do Ministério da Defesa Nacional da República de  
Angola

Director do Departamento de Política e Estratégia do Ministério da Defesa da República  
Federativa do Brasil

Director-Geral de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da República de Cabo Verde

Director-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa da República da Guiné-  
Bissau

Vice-Director Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da República de  
Moçambique

Director-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional da República  
Portuguesa



Director de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional da República  
Democrática de São Tomé e Príncipe

Director Nacional do Planeamento Estratégico e Política Internacional do Ministério da Defesa  
Nacional da República Democrática de Timor-Leste